

Progresso e barbárie: um ensaio sobre formas arquitetônicas contemporâneas

Frederico Daia Firmiano¹

ORCID: 0000-0002-6701-1201

André Terra de Oliveira Loureiro²

ORCID: 0000-0001-8488-4648

Resumo: Este ensaio visa examinar algumas reverberações no campo da arquitetura e do urbanismo, de conceitos e ideologias fundamentais ao processo histórico da modernidade e do capitalismo contemporâneo, tomando como referências a teoria crítica da Escola de Frankfurt e a teoria da crise estrutural do capital, de István Mészáros. O objeto de pesquisa são as próprias manifestações na teoria e prática da arquitetura e do urbanismo, de tal forma que elegemos para análise alguns momentos da produção arquitetônica ao longo do século XX e início do XXI. Por fim, como resultado da análise dos objetos escolhidos, identificamos algumas tendências estruturantes da produção arquitetônica no capitalismo do século XXI, sobretudo no que diz respeito às relações entre espaço construído e usuário e às novas formas de habitar e trabalhar na cidade contemporânea.

5

Palavras chave: Arquitetura Contemporânea. Urbanismo. Barbárie. Crise do capital.

¹ Professor Assistente Doutor do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas (DECSP) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas (PAPP), da UNESP/FCHS/Franca. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7151157247612663>.

² Graduado em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Moura Lacerda (CUMML); graduando em Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda, pela Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Passos (UEMG/Passos). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8941410992507816>.

Progress and barbarism: an essay on contemporary architectural forms

Abstract: This essay aims to examine some reverberations, in the fields of architecture and urbanism, of concepts and ideologies fundamental to the historical process of modernity and contemporary capitalism, having the critical theory of the Frankfurt School and the structural crisis of capital, by István Mészáros, as points of reference. The research object are the manifestations themselves in the theory and practice of architecture and urbanism, in such a way that we elected some moments of architectural production throughout the 20th century and the beginning of the 21st for analysis. Ultimately, as a result of the analysis of the elected objects, we identify some structuring tendencies in the architectural production of the 21st century capitalism, mainly with regard to relations between constructed space and user and to the new ways to inhabit and work in the contemporary city.

Keywords: Contemporary Architecture. Urbanism. Barbarism. Crisis of capital.

Progreso y barbarie: un ensayo sobre las formas arquitectónicas contemporáneas

Resumen: Este ensayo tiene como objetivo examinar algunas reverberaciones en el campo de la arquitectura y el urbanismo de conceptos e ideologías fundamentales para el proceso histórico de la modernidad y del capitalismo contemporáneo, asumiendo como referencia la teoría crítica de la Escuela de Frankfurt y la teoría de la crisis estructural del capital, de István Mészáros. El objeto de la investigación son las propias manifestaciones en la teoría y práctica de la arquitectura y el urbanismo, de tal manera que se eligieron para el análisis algunos momentos de la producción arquitectónica a lo largo del siglo XX y principios del XXI. Finalmente, como resultado del análisis de los objetos elegidos, identificamos algunas tendencias estructurales en la producción arquitectónica en el capitalismo del siglo XXI, especialmente con respecto a las relaciones entre el espacio construido y el usuario y las nuevas formas de vivir y trabajar en la ciudad contemporánea.

Palabras clave: Arquitectura Contemporánea. Urbanismo. Barbárie. Crisis del capital.

Introdução

O estudo da obra arquitetônica, tanto em seu desenvolvimento teórico, do projeto de arquitetura e do planejamento urbano, quanto em sua manifestação física, na qualidade de espaço construído, habitado e transitado, deve constituir-se, fundamentalmente, por “uma análise que não parte nem se limita à arquitetura enquanto fenômeno, mas sim de uma análise que tem como questão central certos aspectos fundamentais das relações sociais que determinam a maneira como a arquitetura é produzida” (BICCA, 1984, p. 8).

É segundo esta referência para o objeto arquitetônico, centrado nas determinações e contradições sociais, que este artigo, de caráter ensaístico, propõe analisar o desenvolvimento de alguns movimentos estruturantes da teoria e prática arquitetônicas, partindo da modernidade e das categorias do progresso e da barbárie, tão caras à cultura ocidental. Longe de pretender esboçar uma crítica à complexidade da arquitetura moderna, e ao que a sucedeu, o que se propõe aqui é identificar e analisar tendências e rupturas que se manifestaram esteticamente no ambiente construído das cidades dos séculos XX e XXI, tendo em vista sempre as transformações sociais e econômicas metabolizadas no seio da sociedade burguesa, aspectos das revoluções tecnológicas e das novas formas de ser da cidade, como as diretrizes mais fundamentais do processo de projeção do habitável.

Num primeiro momento, visamos identificar algumas linhas filosóficas e ideológicas que possam nos conduzir pelo labirinto de mais de um século de produção de arquitetura no globo. Sob a modernidade, tomamos como fio condutor a noção de progresso, enquanto ideologia fundamental do processo histórico de seu desenvolvimento, no quadro do que poderíamos, de acordo com Mészáros (2009), chamar de fase ascendente do capital. Para analisar as reverberações no campo da arquitetura e do urbanismo desse conceito central - e visando perscrutar algumas contribuições para a elucidação desta relação - retomamos alguns momentos da arquitetura moderna, sobretudo na obra e no pensamento de Le Corbusier.

No campo da crítica à ideologia do progresso, encontramos a teoria frankfurtiana, para a qual a Razão, tornada instrumento do progresso, converteu-se no veículo da barbárie, particularmente, ao longo do século XX (ADORNO e HORKHEIMER, 1986). Esta referência nos permite conectar a questão do progresso à crítica à arquitetura moderna e seus elementos formais-conceituais.

Não raro, o fim da arquitetura moderna é tomado como uma espécie de fim da modernidade e de uma forma de sociabilidade marcada pelas mediações predominantes do capital produtivo, do trabalho assalariado e do Estado nacional, inaugurando uma nova fase do desenvolvimento humano. No entanto, em perspectiva diversa, buscamos indicar que não se trata do fim da modernidade, mas do ingresso numa fase de crise estrutural do capital, vale dizer, irreversível em seus próprios quadros de referência, de quase absoluto esgotamento do potencial civilizatório que um dia a modernidade buscou (e que pode se exprimir, dentre outras formas, sob a própria ideologia do progresso). Não se trata de qualquer condição de fim do sistema do capital, senão de uma nova forma de ser, que inaugura uma nova sociabilidade, fortemente marcada pelo signo da barbárie, cujo caráter multidimensional encontra reverberações no âmbito da estética e do projeto arquitetônico. Visamos aqui, então, indicar estas formas de manifestação, dimensões da barbárie contemporânea, por meio da eleição e análise de algumas tendências estéticas e construtivas na arquitetura que conviveram, importa ressaltar, com a produção de crítica de Robert Venturi e Denise Scott Brown, Aldo van Eyck, Lina Bo Bardi, para mencionar apenas alguns.

9

Mas se o signo da barbárie pode ser explicitamente visto sob as lentes da destruição – como na imagem surrealista da face da guerra pintada por Dalí, entre 1940 e 1941 (*The face of war*) – parece-nos haver no progresso uma tentativa de escondê-lo. Ambos, no entanto, constituem-se como parte da mesma processualidade histórica. Assim, propomos que esse “progresso” seja vislumbrado como a outra face da barbárie. Tendo como base certas “imagens” urbanas, o objetivo deste estudo em caráter ensaístico é explorar tanto as obras de arquitetura no que ela consegue conceber de mais inovador, vanguardista, do estado da arte tecnológico, quanto às manifestações da miséria, da exploração e da decadência de relações sociais e áreas urbanas, na qualidade de formas complementares, combinadas, como as duas faces de um mesmo processo: a barbárie contemporânea.

Sobre o progresso e a arquitetura moderna

O progresso é produto capital da modernidade, uma das pedras fundamentais a partir das quais é possível compreender como se configuram variadas expressões na cultura, particularmente, no Ocidente:

A ideologia do progresso, nascida (em sua forma moderna) com as Luzes, tem na concepção hegeliana da história sua suprema expressão filosófica. Interpretava-se cada acontecimento como um momento da marcha da humanidade em direção à liberdade: quando da entrada triunfal de Napoleão na sua cidade, Hegel convenceu-se de que percebera “o espírito do mundo (weltgeist) montado num cavalo” (LÖWY e VARIKAS, 1992, p. 201).

Esta ideia parte do princípio de que o processo histórico, através do avanço da Razão, nos campos da técnica e da ciência, tem como efeito causal, teleologicamente inevitável, o progresso da humanidade, tanto como espécie/gênero, quanto de sua expressão social burguesa. Esta última, encontrará no conservantismo positivista do século XIX uma posição privilegiada, no quadro de outra transmutação importante, qual seja, “[...] o otimismo generoso do Iluminismo [que] congelara-se numa inquietude ansiosa para com a estabilidade social” (LICHTHEIM apud LOWY, 2007, p. 22-23). Com Auguste Comte, o progresso teria, pois, conduzido a humanidade – no espírito registrado por Condorcet – de uma época mística para uma época civilizada, esclarecida. Sua marcha estaria alicerçada à consolidação da ordem do capital, de modo que à ciência corresponderia a tarefa de “...consolidar a ordem pública, através do desenvolvimento de uma sábia resignação...” (COMTE apud LOWY, 2007, p. 25).

A virada do século XIX para o século XX registra a formação e queda da Comuna de Paris, em 1871; a constituição dos grandes monopólios e do imperialismo moderno; uma sequência de crises econômicas (1900-01; 1907; 1912-1913); o nascimento da Era do Petróleo e a segunda revolução industrial; o advento do cinema, do automóvel, do avião, das primeiras manifestações da indústria cultural; a explosão da I Guerra Mundial e, três anos depois, a Revolução Russa. Eis o espírito moderno, fortemente marcado pelo signo do progresso.

A arquitetura moderna, enquanto expressão estético-espacial da cultura e da sociedade modernas, bebeu amplamente desta fonte, ao estabelecer seus marcos teóricos fundamentais. Marcos que tiveram seu lugar de debate e formulação, principalmente, nos chamados Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (conhecidos como CIAM), que são objeto de estudo ainda hoje ao redor de todo

o mundo. Os CIAM foram realizados a partir de 1928 e duraram até meados da década de 1950, contando com a participação dos arquitetos e planejadores urbanos de maior renome à época.

O resultado dos CIAM que se tornou um dos maiores monumentos teóricos da arquitetura moderna, a Carta de Atenas, escrita por Charles-Édouard Jeanneret-Gris, conhecido mundialmente pelo seu pseudônimo Le Corbusier, é uma síntese dos estudos e interpretações do arquiteto sobre o IV CIAM, de 1933. Neste documento, ele demonstra com lucidez um ideal de urbanismo moderno com caráter de emancipação do homem – emancipação esta através da racionalidade, do avanço tecnológico, levada a cabo por um Estado ético, comprometido com o progresso, que pautou sua ação pelo conhecimento técnico e científico (ALMEIDA, 2010).

“Concebida sob o signo da racionalidade e do progresso técnico, trazendo consigo uma mística do novo e um discurso de ruptura com o passado, característico do urbanismo dos CIAM” (TORELLY, 2017, p. 20), a Carta tece considerações sobre as habitações, o lazer, o trabalho, a circulação e o patrimônio histórico das cidades. De inspiração organicista-funcionalista, o documento toma a cidade como um organismo e defende a resolução das necessidades do homem moderno, por habitação, lazer e de trabalho, através da setorização da malha urbana e de um planejamento racional do uso do solo. A Carta de Atenas apresenta uma solução com pretensão universal para o urbanismo moderno, a ser seguida e aplicada no planejamento de cidades ao redor do mundo - e assim foi: o exemplo brasileiro mais característico é o plano piloto de Brasília, desenvolvido por Lúcio Costa (CARPINTERO, 1998).

Para além do planejamento urbano, podemos compreender como se estrutura a estética moderna no plano construtivo também através do trabalho de Le Corbusier, com dois conceitos fundamentais dentro de sua obra acadêmica e profissional: os “cinco pontos da nova arquitetura” e a “máquina de morar”. Os famosos cinco pontos corbusianos são, em síntese: a planta e a fachada livres, libertadas da função estrutural na construção e independentes da estrutura; o uso de *pilotis*, termo francês para “pilar”, que consiste num sistema de pilares que eleva a construção do chão e permite a livre circulação pelo térreo; o terraço-jardim; a aplicação de “janelas em fita”, possibilitadas pela fachada livre, de modo a integrar a paisagem (MOOS, 2009).

Importa mencionar como a implantação do vão-livre no térreo, graças ao uso dos *pilotis*, possibilita um tipo de relacionamento entre homem e cidade que passa a ser muito valorizado dentro da arquitetura moderna. Com o vão-livre, esvaem-se, ainda que somente no plano idealístico-conceitual, os limites entre espaço público e propriedade privada. Com a permeabilidade público-privado, o ambiente construído no entorno da edificação ganha enorme importância para o projeto - entorno que, de acordo com o ideal moderno, poderia ser transformado, recuperado e revitalizado, racionalmente, da mesma forma como a arquitetura teria o potencial de transformar e emancipar o homem de suas mazelas (MAHFUZ, 2004)³. Bons exemplos brasileiros para a estética do vão-livre não nos faltam, como o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), talvez o mais emblemático.

Figura 1 – Villa Savoye – Le Corbusier, França, 1929



Fonte: <https://www.archdaily.com/84524/ad-classics-villa-savoye-le-corbusier>

Os “cinco pontos” nos permitem refletir como os elementos estético-construtivos canônicos da arquitetura moderna advém dos fundamentos ideológicos e filosóficos da modernidade, particularmente, da noção de progresso. Em *Arquitetura: Dois Estudos*, Vasconcellos (1983) consegue elucidar com eloquência tal paralelo, ao analisar a residência unifamiliar moderna:

O homem aspira a um espaço ideal, negando-se sujeitar-se às contingências da natureza que, afinal, não despreza totalmente, antes ama e procura reconstruir em toda a sua grandeza, ainda que

³ Vale dizer que a noção de “revitalização do entorno” em muito atende, na contemporaneidade, os anseios da especulação imobiliária, particularmente nos grandes centros urbanos, manifestando-se no tornar *clean* aqueles espaços públicos devastados pela barbarização das cidades. Nesse sentido, a própria revitalização do espaço urbano é, pois, expressão da barbárie.

com isso reduza ao mínimo o espaço construído, a arquitetura, para que ela não prejudique nem se confunda com o ambiente natural. O espaço interior é então cuidadosamente subdividido, subdelimitado em áreas justapostas e regulares que aproveitem ao máximo a área total considerada, sem qualquer desperdício ou excesso. A justa e necessária medida (VASCONCELLOS, 1983, p.28).

A expressão “máquina de morar”, cunhada por Corbusier na década de 1910, é uma síntese perfeita da estética moderna, funcional-organicista, na arquitetura. Tal era o objetivo final da arquitetura moderna: oferecer a máquina de morar perfeita para o homem moderno, universal, pela qual subjugasse as determinações do mundo natural. Isto, sob as melhores comodidades e salubridades que a técnica e a ciência pudessem oferecer, de modo a emancipar-se das mazelas das caóticas cidades industriais, próprias da sociedade moderna, através do progresso e da racionalização da construção. Vale ressaltar como a busca pela máquina perfeita para o homem moderno levou Corbusier à pesquisa e produção do *modulor*, um sistema de relações métricas baseado num estudo das distâncias dos membros do corpo humano de um indivíduo genérico, universal. Tal documento foi a base para o projeto da *unité d'habitation*, que surge da atenção de Corbusier à demanda por habitação em massa na Europa, decorrente do fim da Segunda Grande Guerra. Com origem num programa de reconstrução urbana do governo francês, a primeira e mais famosa dessas unidades foi construída em Marselha, entre 1947 e 1953.

Figura 2: Unidade Habitacional de Marselha – Le Corbusier, França, 1947-1953



Fonte: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/13.147/7398>

A modularização e universalização dos processos criativos e construtivos na arquitetura moderna se tornaram fundamentos do que viria a ser chamado de

“estilo internacional”, que perdura até a década de 1970 e, por vezes, é confundido com a própria arquitetura moderna como um todo. O que veio a se tornar o estilo internacional é a expressão do estado da arte da estética da racionalização e serialização da modernidade, do avanço tecnológico que permitiu a busca pela máxima eficiência construtiva e de aproveitamento do valor financeiro do terreno, através da verticalização. Trata-se, por assim dizer, da burocratização da arquitetura, expressa pela caricatura (nem tão caricata assim) do arranha-céu “caixa de vidro”.

A crítica à ideia de progresso, porém, já vinha sendo elaborada há décadas, particularmente no âmbito da chamada Escola de Frankfurt. Assim, por um lado, a ideologia do progresso guiava boa parte do pensamento moderno, por outro, as duas grandes guerras traziam consigo a contradição do progresso, da Razão, da Técnica e da Ciência e a ausência de qualquer relação, exceto como manifestação da alienação, com o progresso do desenvolvimento humano. A este tipo de racionalidade, apartada do avanço da condição humana e da busca por um conhecimento autêntico, capaz de libertar o homem das contradições da sociedade do capital, mas constituída como um meio – instrumentalizado – de dominação, poder, e exploração, Adorno e Horkheimer (1986) darão o nome de razão instrumental. O Esclarecimento, para eles, acaba por conduzir o sujeito a um estado de barbárie (ADORNO e HORKHEIMER, 1986).

Figura 3: Edifício Seagram – Mies van der Rohe, Nova Iorque, 1958.



Fonte: <https://www.nytimes.com/2013/04/07/arts/design/building-seagram-phyllis-lamberts-new-architecture-book.html>

Sob o jugo do Esclarecimento, a própria cultura se mercantiliza dentro da lógica capitalista de produção em série e de satisfação das necessidades do capital. Disto decorre um processo de mercantilização das manifestações da cultura, como se suas expressões se constituíssem em “mediações de primeira ordem” do processo de produção e reprodução social, ou seja, como se as formas reificadas da cultura fossem elas próprias as mediações culturais primárias da vida social. No entanto, a crítica frankfurtiana ainda conviveria com a “era de ouro” do capital (HOBSBAWM, 1995), no segundo pós-guerra, em cujo quadro de referência o progresso capitalista pareceria ter vencido. Mas sua atualidade seria reposta em poucas décadas, quando do mergulho irreversível do sistema do capital em sua crise civilizatória (MÉSZÁROS, 2009).

No plano da arquitetura, a implosão do conjunto de edifícios de Pruitt-Igoe, projeto de Minoru Yamasaki, que carrega o infame legado de marco do “fim da arquitetura moderna”, é bastante representativo da ascensão e queda do progresso do capital. Pruitt-Igoe surgiu para responder à demanda por habitação no pós-guerra. Em 1950, a cidade de St. Louis, nos EUA, deveria criar 5800 unidades de habitação a preços acessíveis, com fundos federais. Como prega a máxima eficiência moderna, o planejamento municipal decidiu satisfazer quase metade desse número com um único complexo, inspirado na unidade de Marselha, Le Corbusier. Ocupando 230 mil metros quadrados de terreno, os edifícios forneciam acomodações para até 10.000 pessoas, em 2.870 apartamentos. O projeto inicial pretendia a divisão racial das unidades: os moradores negros habitariam o complexo Wendell Olliver Pruitt, enquanto os brancos ocupariam os edifícios James Igoe. Quando a construção dos edifícios foi concluída, a segregação racial havia se tornado ilegal nos Estados Unidos, no curso das lutas negras pela igualdade dos direitos civis. Houve, então, uma tentativa de integração dos dois blocos, constituindo um único complexo (MONTGOMERY, 1985).

Entretanto, a segregação latente e a persistência do racismo na sociedade americana levou ao abandono de grande número de unidades por inquilinos brancos, aliada a uma série de cortes orçamentários que comprometeram o projeto durante a execução da obra. Isto culminou no declínio quase imediato do complexo habitacional. A porcentagem de ocupação dos apartamentos despencou constantemente ao longo das décadas de 1950 e 1960, chegando a apenas 35% em 1970. O complexo logo ingressou numa condição de abandono por seus

inquilinos, o que impactava na diminuição da verba para a manutenção dos edifícios e que, por seu turno, condizia a um abandono maior, produzindo um ciclo de deterioração urbana e social. Em 1972, o governo federal finalmente determinou sua desativação e conseqüente implosão – que foi muito simbólica: mais do que o fracasso de um projeto habitacional, se tornou o fracasso da própria arquitetura moderna (FRISHBERG, 2013). Ou, se quisermos, a implosão dos edifícios de Pruitt-Igoe representa o fim da ideologia do progresso. Por obra da história, aquele seria o momento de manifestação das crises agudas do sistema do capital, que encetam sua fase de decadência histórica, quando a sociedade burguesa se encontra com seus limites estruturais (MÉSZÁROS, 2009). De certo modo, a imagem da implosão dos edifícios de St. Louis acaba por representar, assim, a implosão do próprio progresso.

Signos da barbárie: do condomínio fechado à arquitetura hostil

Como nos informa Marildo Menegat, barbárie é aquilo que se opõe à cultura que, por seu turno, teria a função de nos resgatar da incivilidade (MENEGAT, 2007). Se concordarmos com este autor, é possível afirmar que o atual curso do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade tende a nos conduzir progressivamente a um profundo barbarismo, conforme já indicamos anteriormente.

Ainda em 1845, Marx e Engels identificavam uma fase da expansão do capital em cujo interior surgiam “... forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição...” (MARX e ENGELS, 2007, p. 41). Certamente, no século XIX, esses autores ainda não podiam visualizar a espetacular marcha do capital, muito embora pudessem antever as tendências e contradições fundamentais da sociedade burguesa. Coube, assim, aos intérpretes contemporâneos da sociedade burguesa, presenciar o esgotamento das potencialidades civilizatórias da ordem social vigente.

Mészáros (2009) analisou o modo contemporâneo de funcionamento do capital, encontrando em sua tendência ao auto bloqueio, a própria eliminação do potencial civilizador, como expressão da expansão das forças produtivas – agora, forças destrutivas. O acirramento irreconciliável da contradição fundamental entre capital e trabalho, para ele, conduz o conjunto do sistema a seus limites absolutos,

intransponíveis. A partir deste ponto, o progresso se converte em decadência, em barbárie.

Não têm sido poucas as evidências empíricas do esgotamento do padrão de civilidade do capital, no conjunto do sistema. Inclusive, aquelas que pareciam se constituir em dimensões da barbárie, de certas formas do desenvolvimento até então consideradas próprias do “terceiro mundo”: a explosão do desemprego em massa, a espoliação dos recursos naturais e ecológicos (não raro identificada a “crise ecológica ou ambiental”), a violência urbana e rural, as várias formas de barbarização da vida social. Assim, o padrão de sociabilidade do capital identifica-se às condições mais degradantes da reprodução social (NETTO, 2013).

A experiência social que daí decorre em nada se parece com o registro da descoberta do indivíduo da cidade solto e perdido na multidão, ou o “grande deserto dos homens”, como registrado pelo autor d’As flores do mal: o transitório, o efêmero, o contingente, ao refletir sobre a modernidade (IANNI, 1989). Agora a cidade (pós-moderna?) é o palco dos processos de gentrificação que decorre da mundialização – uma das formas de expressão da fase decadente do capital. Mas, se seu modo de ser guarda a reestruturação do valor do espaço urbano, da especulação imobiliária, do consumo, do lazer, da pluralidade dos equipamentos públicos, das regiões de arte e de moda, em completa sintonia com a dissolução da antiga cidade industrial (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006), também revela os signos da barbárie em sua forma contemporânea: não apenas sob a estética de destruição, da desefetivação explícita da humanização, mas de seu avesso dissimulado.

Se, na arquitetura moderna, os pontos centrais de sua elaboração estética, conforme discutimos até aqui, sintetizavam-se no progresso e na concepção universal de homem, com seu escancarado declínio, a partir da década de 1970, começam a despontar rupturas e novas tendências em seus conceitos e paradigmas. Uma das tendências mais radicais – em relação aos preceitos canônicos da arquitetura moderna – e de maior papel estruturante para uma estética da arquitetura contemporânea, ou uma das manifestações da estética da barbárie, como temos chamado aqui, é a da afirmação do condomínio fechado enquanto elemento “utópico” da experiência urbana contemporânea, tendência manifesta espacialmente sobretudo nas periferias do mundo do capital, mas igualmente estruturante no centro, ainda que, possivelmente, de formas mais sutis. Se, ainda pudermos argumentar que o elemento formal mais emblemático da arquitetura

moderna, até então, era o vão livre, com sua singular permeabilidade entre espaço público e privado, um dos elementos fundamentais da estética contemporânea é, sem dúvida, o muro.

O típico condomínio fechado contém dentro de seus muros a própria contradição fundamental ao entendimento da estética da barbárie contemporânea: uma efetivação da sociabilidade através dos avanços da tecnologia e da técnica, como expressão de barbarização da vida social, tanto quanto seus processos de desefetivação, exploração e segregação. É a partir desse entendimento, como uma transformação no modo de vida da sociedade burguesa, do fechar-se em si mesmo, que entende-se essa “lógica do condomínio”, assim denominada por Dunker (2011) (que, paradoxalmente, extrapola as fronteiras do condomínio fechado e apresenta-a como um elemento estruturante da urbanidade contemporânea em si).

Figura 4: Paraisópolis/Morumbi, São Paulo, 2004



Fonte: <https://www.tucavieira.com.br/paraisopolis>

“É claro que o condomínio fechado toca-se rapidamente com o universo periférico das favelas, reverso da mesma lógica concentracionária e da reprodução de um mesmo estado de exceção” (DUNKER, 2009, p.5). De certa maneira, podemos considerar até mesmo um elemento fascista intrínseco ao condomínio contemporâneo: a nação se torna o próprio condomínio, com suas fronteiras bem definidas e, mais importante, com seu inimigo externo, aquele que ameaça a felicidade do conjunto e

que precisa ser identificado e combatido. A lógica fronteira entre civilizações passa a confundir-se com o cotidiano na metrópole urbana.

Importante notar que a tendência estética do condomínio não se limita ao condomínio fechado estereotipificado, da “cidade murada”. Ela estrutura-se no urbanismo contemporâneo, com igual representatividade, na tipologia do condomínio vertical, do edifício residencial multifamiliar, que se propõe a oferecer ao residente uma variedade de serviços e opções de sociabilidade sem que ele precise deixar seu burgo: a academia, o salão de festas, o espaço de lazer, a inexorável “área gourmet”. Ainda que a tipologia do edifício multifuncional, no qual se busca agregar habitação, lazer e trabalho em um mesmo terreno, como gerador de centralidade urbana, tenha sua origem na arquitetura moderna (DZIURA, 2003), na contemporaneidade, perde-se o já citado elemento estruturante moderno da permeabilidade público-privado, do diálogo com o entorno urbano, tão caro aos arquitetos modernistas.

Essa tendência não pode ser separada das condições de expansão do capital no pós-1970 e, mais particularmente, do capital imobiliário no desenvolvimento das grandes metrópoles. Ao analisar o caso de Salvador, na Bahia, De Carvalho e Corso-Pereira (2013) apontam algumas importantes transformações da estrutura urbana e social, presentes nas chamadas “capitais mundiais”, símbolo da mundialização do capital.

Este processo foi acompanhado por uma ampla e multidimensional reestruturação produtiva do capital, implicando em transformações que vão desde a flexibilização da produção à realocação geográfica das empresas, da desindustrialização de importantes regiões do planeta e a descontinuidade de etapas produtivas e segmentação da produção, até a constituição de uma nova divisão internacional do trabalho. A imposição da especialização produtiva flexível produziu, a partir dos anos de 1980, uma complexa mundialização da cadeia do valor nos mais variados setores da economia, estabelecendo relações em redes verticais entre distintos capitais intra ou intersetoriais e dando origem a verdadeiras cadeias globais de produção, distribuição e comercialização (HARVEY, 2005).

Primeiro, o processo de reestruturação produtiva do capital, “flexibilização” da produção, realocação geográfica das empresas, implicando na desindustrialização de importantes regiões e na descontinuidade de etapas

produtivas e segmentação da produção, acompanhado da precarização estrutural e informalização da força de trabalho. Segundo, a dinâmica de expansão das metrópoles para as bordas e o periurbano, na presença do empobrecimento e deterioração das regiões centrais, produzindo como um dos efeitos a emergência de “novas centralidades” na cidade, a partir de shoppings centers, complexos empresariais, entre outros. Terceiro, no curso dos processos de reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, houve uma transferência do Estado para o capital privado das funções tradicionais de planejamento e gestão urbana, encetando o discurso e prática do “empreendedorismo urbano”, da mercantilização/espetacularização da cidade. Quarto, a emergência dos condomínios fechados. (DE CARVALHO; CORSO-PEREIRA, 2013).

Sobre esses últimos, Teresa Pires do Rio Caldera, no final dos anos 1990, já apontava o surgimento desses “enclaves fortificados”, analisando a cidade de São Paulo (e comparando-a a Los Angeles, na Califórnia, nos EUA). Conforme definia a autora:

[...] são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vêm atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os ‘marginais’ e os sem-teto. Enclaves fortificados geram cidades fragmentadas em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos que serviram de fundamento para a estruturação das cidades modernas” (CALDERA, 1997, p. 155).

Esses enclaves, como chama Caldera (1997) encontram na segregação social, seu valor. O isolamento converte-se em símbolo de status – expresso, ainda, num “novo conceito de moradia”. Ao analisar anúncios publicitários entre 1975 e 1995, a autora nos mostra como o condomínio fechado é imaginado como um “mundo à parte”: clubes sofisticados que oferecem serviços os mais variados possíveis, distantes da cidade, não raro, “próximos à natureza”. A “segurança total” é parte basilar do “novo conceito de morar”. A segregação dos condomínios se apoia em quatro pontos: primeiro, os instrumentos de criação da separação, sejam as barreiras físicas (grades, muros) ou os espaços vazios que separam os enclaves fortificados do resto do mundo. Segundo, a separação é garantida por sofisticados sistemas privados de controle e vigilância. Terceiro, o universo dos condomínios é voltado para dentro, seu layout e organização “excluem gestos em direção à rua”.

Quarto, tais enclaves se pretendem mundos autônomos, que não se subordinam à lógica do espaço público (crescentemente privatizado), às instituições e a vida social circundante. E uma característica da máxima importância: o próprio entorno se submete a sua lógica: as ruas públicas se convertem em espaço para a circulação de automóveis, de tal forma, que andar pelas ruas se torna um marcador de classe.

À época de sua análise, Caldera (1997) argumentava que os enclaves fortificados negavam muito da experiência moderna da vida pública, apoiada, entre outros, pela primazia das ruas, pela circulação das multidões, pelos encontros anônimos, pela ocupação do espaço público. Ainda que as cidades modernas convivessem com a segregação e a desigualdade, mantinham um potencial de abertura, lastreado por uma liberdade liberal que, embora nunca realizada em sua plenitude, também mantinha uma importante referência da experiência política. Certamente, esta potência não desapareceu – assim como as manifestações de rua também não –, no entanto, passou a conviver com o “ataque às ruas” promovido, primeiro pelos “enclaves fortificados”, depois pela “arquitetura hostil – à qual voltaremos mais adiante.

Isto ocorre no seio daquilo que Francisco de Oliveira chamou “redução ao privado”, instituído pelo neoliberalismo. Para o sociólogo brasileiro, que escrevia no final dos anos 1990, tratava-se de uma “subjetivação da acumulação capitalista”, expressa na privatização do público. Ou, mais do que isso, a constituição de uma experiência subjetiva de desnecessidade (aparente, é certo) do público. Dizia ele: “... a subjetivação descrita é uma privatização da esfera pública, sua dissolução, a apropriação privada dos conteúdos do público e sua redução, de novo, a interesses privados” (OLIVEIRA, 1999, p. 58).

A partir do início do século XXI começa a ganhar força o que convencionou a chamar-se de “arquitetura hostil” como outra tendência estruturante de uma estética contemporânea.

O termo surge inicialmente como crítica à implantação de um tipo de assento público no distrito de Camden, em Londres, que, segundo os próprios autores do projeto, foi pensado tendo em mente o objetivo de lidar com “tipos de comportamento anti-social e criminal que tipicamente infestam bancos públicos nos centros de cidades”⁴. Em termos mais diretos, um assento com um formato

⁴ Tradução nossa, de acordo com a descrição do projeto no portfólio online da empresa britânica *Factory Furniture*. Disponível em <https://www.factoryfurniture.co.uk/projects/great-queen-street-camden/>. Acesso em 10/09/2020.

irregular e inclinado que impossibilitasse que ele abrigasse confortavelmente uma pessoa deitada, além de, também através do formato, apresentar uma tentativa de inibir a prática do skate e ser construído com um material resistente às tintas usadas no pixo e no grafite (QUINN, 2014).

De fato, a arquitetura hostil refere-se a uma tendência que precede o projeto e a instalação do assento de Camden, em que se explicita como fundamento determinante do processo de projeto arquitetônico o elemento segregatório. Um problema elementar do processo projetual a ser respondido pela arquitetura hostil é: quem não é bem vindo nestes espaços? Daí surgem as imagens em que esbarramos no cotidiano das cidades contemporâneas – as pedras e pontas “anti-mendigo”, os assentos individuais em pontos de ônibus e bancos de praças e pontos de parada, as câmeras de segurança. Os muros disfarçados da cidade contemporânea.

Podemos identificar prontamente os aspectos segregatórios em tais intervenções no tecido urbano. Existe, ademais, outra tendência igualmente fundamental a estas respostas arquitetônicas que consiste na tentativa da modulação do comportamento do indivíduo enquanto usuário do espaço construído, através da própria arquitetura, com objetivos variados.

Figura 5: “*Camden bench*”, Londres, 2014



Fonte: <https://www.factoryfurniture.co.uk/projects/great-queen-street-camden/>

Figura 6: cones de cimento “anti-mendigo” em Guangzhou, 2012



Fonte: <http://www.chinahush.com/2012/07/05/building-cement-cones-under-highway-bridge-to-drive-out-homeless/>

Extrapolando a arquitetura hostil dos elementos urbanos “anti-mendigo” e sua mensagem explícita, podemos identificar tentativas de formatar o comportamento e as relações entre indivíduos e sociedade através do espaço arquitetônico em diversas outras tipologias de projeto. Tomando como exemplo uma tendência que se apresenta em projetos de reforma de escolas nos Estados Unidos, com uma preocupação determinante em suas diretrizes: os tiroteios em massa em ambientes escolares. Muito além das preocupações mais óbvias com a segurança fronteira em tais escolas, o que se apresenta são soluções projetuais com foco na redução de danos em tiroteios: corredores curvos, visando minimizar as linhas de visão de um possível atirador; posicionamentos e ângulos de abertura das portas de entrada das salas de aula, levando em conta linhas de tiro; barreiras de material à prova de bala posicionadas estrategicamente em todos os ambientes, com a finalidade de fornecer cobertura (GELLER, 2019).

No melhor espírito pós-estruturalista foucaultiano, a recepção de uma escola no estado de Michigan, com previsão de abertura em 2021, se torna um “panóptico de entrada educacional”, nos próprios termos do escritório responsável pelo projeto (GRABAR, 2019, não paginado. Tradução nossa). Ainda que com o objetivo admirável de se reduzir o impacto direto e o número de vítimas em um possível atentado, o que resulta deste tipo de iniciativa são espaços com um denominador comum em sua função projetada: a violência. Pode-se levantar

considerações sobre as implicações comportamentais, psicológicas e sociais nos indivíduos, internalizadas pelo cotidiano de uso em espaços projetados para a violência. “Quais são os efeitos a longo prazo de se passar a juventude em uma sala de aula com fita adesiva vermelha no chão indicando onde ficar quando alguém abre fogo? Ninguém sabe” (GRABAR, 2019, não paginado. Tradução nossa). O desenvolvimento de tais implicações, entretanto, foge às competências deste texto.

As implicações sociais da normatização desse tipo de design “militarizado”, da mundanização da violência entre indivíduos e entre instituição e indivíduo, estas se encontram na torrente das transformações estéticas que vêm constituindo a complexidade da arquitetura da barbárie contemporânea.

Figura 7: projeto da Fruitport Community Schools, Fruitport, Michigan, 2019



Fonte: <https://www.archpaper.com/2019/08/fruitport-high-school-towerpinkster-renovation/>

Considerações finais

Conforme lembram Lowy e Varikas (1992), durante a Segunda Grande Guerra, Adorno elabora sinteticamente uma crítica à marcha da Razão, ao dizer: “eu vi o espírito do mundo, mas não a cavalo: vi-o nas asas de um míssil” (ADORNO apud LOWY e VARIKAS, 1992, p. 201). Em tom sarcástico, *Mínima Moralía* se opõe ao otimismo do progresso de Hegel, que diante do triunfo de Napoleão, quando de sua entrada em Viena, sentiu-se maravilhado à vista do Imperador, sentado sobre um cavalo, fazendo o reconhecimento do território conquistado.

Marcada pela experiência da guerra, a crítica melancólica da primeira geração de Frankfurt inscreve-se num estilo de pensamento trágico, ausente de reconciliação, ao operar a dialética (GRÜNER, 2006). Sua crítica ao progresso é,

pois, uma antecipação do estado de barbárie da sociedade do capital. Antecipação, no preciso sentido de que o sistema do capital ingressaria em sua fase destrutiva, alcançaria seus limites absolutos, convertendo todas as suas potencialidades criadoras na desefetivação do conteúdo humano das relações sociais, apenas algumas décadas posteriores às suas formulações teóricas – não sem antes experimentar um relativamente breve período de realização de suas promessas civilizatórias, representada pela experiência da cidadania, do Welfare State, do pleno emprego, do crescimento econômico, sobretudo, nos países centrais da Europa, EUA e Japão.

De certa forma, acompanhar o desenvolvimento do objeto arquitetônico e sua inscrição na modernidade significa poder acompanhar o progresso, a crítica ao progresso, e a barbárie contemporânea – tanto como forma de manifestação concreta, quanto na qualidade de objeto estético, múltipla e complexamente determinado pela forma de ser da sociedade do capital, nas suas contradições. Longe de qualquer pretensão de esgotamento do tema, neste ensaio visamos indicar algumas das conexões possíveis entre formas arquitetônicas, sua inscrição na história como síntese das contradições do progresso e da barbárie e uma cultura estética que nem sempre se revela explicitamente esqualida, sob a aparência da degradação, embora esta, não raro, também o seja.

Do condomínio fechado à arquitetura hostil, chegando ao ambiente *clean*, dissimulador da exploração do trabalho, do labor flexível, decorrente da reestruturação permanente do capital, estamos diante de uma cultura e estética que demonstra e esconde, simultaneamente, o barbarismo social, típico da fase de crise estrutural do capital, ou da máxima evolutiva dos processos de alienação social. Perscrutar caminhos investigativos nesta direção parece, assim, contribuir com a longa tradição crítica da modernidade, suas dimensões estéticas, culturais nas suas conexões com o estado das coisas, das relações sociais de produção da civilização burguesa.

Referências

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1986.

ALMEIDA, Eneida de. **O “construir no construído” na produção contemporânea: relações entre teoria e prática**. 2010. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. <https://doi.org/10.11606/T.16.2010.tde-26042010-150955>. Acesso em 15/08/2020.

BICCA, Paulo. **Arquiteto – a máscara e a face**. São Paulo, Projeto Editores Associados, 1984.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. (org.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo, Annablume, 2006.

CALDEIRA, Teresa Pires do R. **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana**. In: *Novos Estudos CEBRAP*, mar. 1997, n. 47, p. 155-176. Disponível em: <https://novosestudios.com.br/produto/edicao-47/>. Acesso em 21/09/2022.

CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral; REIS FILHO, Nestor Goulart. **Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998**. 1998. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

DE CARVALHO, Inaiá; CORSO-PEREIRA, Gilberto. **A cidade como negócio**. *EURE (Santiago)*, Santiago, v. 39, n. 118, p. 5-26, sept. 2013. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612013000300001>.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **A Lógica do Condomínio ou: o Síndico e seus Descontentes**. *Leitura Flutuante*. *Revista do Centro de Estudos em Semiótica e Psicanálise*, v. 1, nov. 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/leituraflutuante/article/view/7623/5578>. Acesso em 12/09/2020.

DZIURA, Giselle Luzia. **Arquitetura Multifuncional Como Instrumento de Intervenção Urbana no Século XXI**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2003.

FRISHBERG, Hannah. **The Failed Paradise: Pruitt-Igoe**. *Atlas Obscura*. 26 de nov. de 2013. Disponível em: <https://www.atlasobscura.com/articles/pruitt-igoe>. Acesso em 06/06/2020.

GELLER, Jacob. **Games, Schools and Worlds Made for Violence**. 2019. Disponível em: <https://youtu.be/usSfgHGEGxQ>. Acesso em 13/09/2020.

GRABAR, Henry. **The Mad Rush to Bulletproof American Schools**. *Portal Slate*. 27/08/2019. Disponível em: <https://slate.com/business/2019/08/school-shootings-design-architecture-sandy-hook-columbine.html>. Acesso em 05/02/2022.

GRÜNER, Eduardo. Leituras Culpadas. Marx(ismos) e a práxis do conhecimento. In.: BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2006.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX – 1914/1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. *A Sociologia e o Mundo Moderno*. Tempo Social, v. 1, n. 1, p. 7-27, 1 jun. 1989. <https://doi.org/10.1590/ts.v1i1.83315>.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo, Cortez, 2007.

LOWY, Michael; VARIKAS, Eleni. *A crítica do progresso em Adorno*. Lua Nova, São Paulo, n.27, p.201-216, Dec. 1992. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451992000300010>.

MAHFUZ, Edson. *Reflexões sobre a construção da forma pertinente*. 2003. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.045/606>. Acesso em 12/09/2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. [Supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano]. – São Paulo: Boitempo, 2007.

MENEGAT, Marildo. *A Face e a Máscara: a barbárie da civilização burguesa*. PEGADA, v. 8, n. 2, p. 27-46, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1638/1568>. Acesso em 22/11/2019.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo, Boitempo, 2009.

MONTGOMERY, Roger. *Pruitt-Igoe: Policy Failure or Societal Symptom*. University of Illinois Press, Illinois, 1985.

MOOS, Stanislaus Von. *Elements of a Synthesis*. Rotterdam: 010 Publishers, 2009

NETTO, J. P. *Uma face contemporânea da barbárie*. Novos Rumos, vol. 50, n. 1, 2013. <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2013.v50n1.3436>.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia (org.) *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global*. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

QUINN, Ben. **Anti-homeless spikes are part of a wider phenomenon of 'hostile architecture'**. The Guardian. 13 de Junho de 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/artanddesign/2014/jun/13/anti-homeless-spikes-hostile-architecture>. Acesso em: 13/09/2020.

TORRELLY, Luiz Phillipe. **Shopping Centers e Declínio Urbano: O Caso do Plano Piloto de Brasília**. Revista CAU/UCB n.6, 2017. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/CAU/article/view/8416/5153>. Acesso em 15/08/2020.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura: dois estudos**. 2. ed. Goiânia: MEC/Sesu/Pimeg-ARQ/UCG, 1983.